

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROJETO DE LEI Nº 04 DE 2026**

Câmara Municipal de Ouro Branco  
Protocolo Geral

Nº 04 Data entrada 20/01/26

Horário 12:50 Data saída   /  /  

Destino Apoio

Pedro Henrique A. Moreira  
Assinatura Responsável

**Torna obrigatória a utilização de dispositivos de sinalização refletiva e/ou luminosa e de identificação em caçambas estacionárias e contêineres para coleta de entulho, materiais e resíduos, dispostos em vias e logradouros públicos do Município de Ouro Branco, e dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica obrigatória a utilização de dispositivos de sinalização refletiva e/ou luminosa e de identificação em todas as caçambas estacionárias e contêineres destinados à coleta de entulho, materiais e resíduos, quando dispostos em vias e logradouros públicos no Município de Ouro Branco.

**Art. 2º** As caçambas e contêineres de que trata esta Lei deverão atender aos seguintes requisitos de sinalização e identificação:

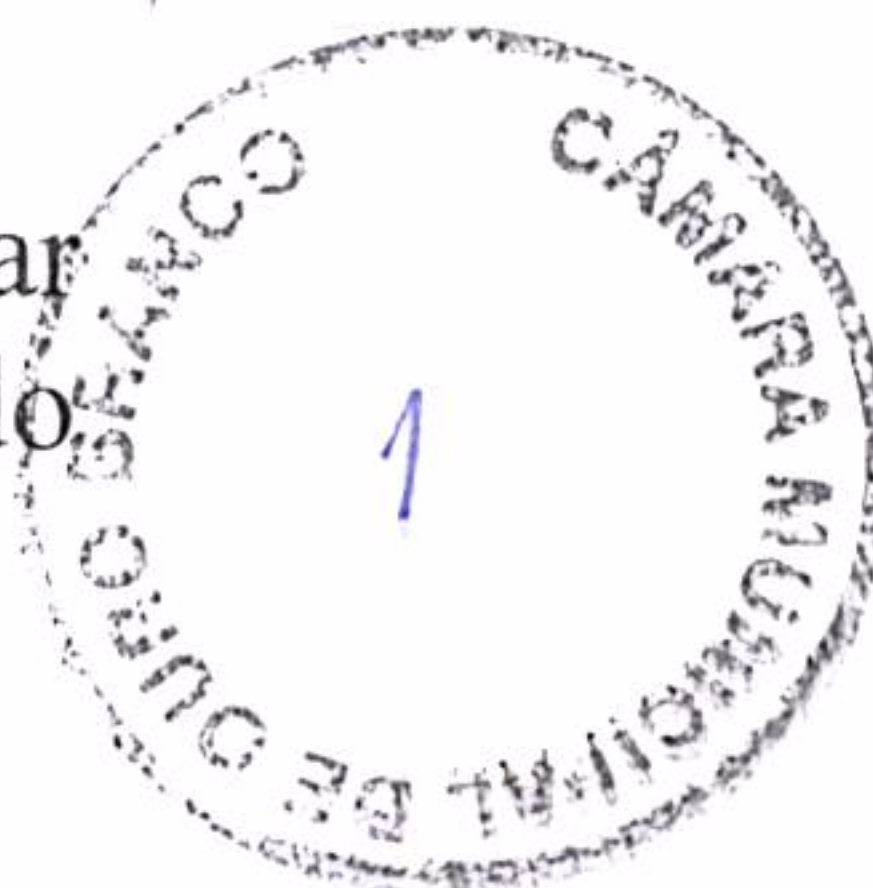
I – Dispor, obrigatoriamente, de sinalização refletiva de alta intensidade em todas as suas faces laterais e frontais visíveis, que deverá:

- a) Seguir, no que couber e por analogia, os padrões técnicos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), especialmente no tocante à retrorrefletividade e durabilidade do material;
- b) Ser aplicada em faixas contínuas ou padronizadas, cobrindo, no mínimo, vinte e cinco por cento (25%) da área lateral visível do equipamento, em cores contrastantes com o equipamento, de forma a alertar os condutores e pedestres do obstáculo, sobretudo no período noturno e em condições de baixa visibilidade.

II – Conter, de forma clara e legível, a identificação da empresa responsável, com as seguintes informações:

- a) **Nome ou Razão Social** da empresa proprietária;
- b) **Número de telefone** para contato imediato, em caso de emergência ou reclamação;
- c) **Número de identificação individual** da caçamba ou contêiner.

§ 1º A sinalização refletiva é prioritária, mas a empresa proprietária poderá complementar a segurança com dispositivos luminosos intermitentes (pisca-pisca) durante o período







## CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

noturno (das 18h às 06h), se julgar necessário ou se a regulamentação do Executivo assim exigir para pontos de alta periculosidade.

**§ 2º** As caçambas e contêineres deverão ser dispostos de modo a não obstruir rampas de acesso para pessoas com deficiência, hidrantes, sinalização viária ou comprometer a segurança e a fluidez do trânsito.

**Art. 3º** O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará a empresa proprietária e/ou responsável às seguintes penalidades, aplicadas pela Secretaria Municipal competente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

I – Advertência por escrito, na primeira autuação da infração, com prazo de 72 (setenta e duas) horas para a devida regularização do equipamento.

II – Multa, quando da segunda autuação e em casos de reincidência, fixada em valor pecuniário.

a) A multa será fixada entre 20 (vinte) e 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município (UFMO), ou outro índice que venha a substituí-lo, a depender da gravidade, do porte da empresa e do número de reincidências no período de 12 (doze) meses.

b) Em caso de reincidência específica após a aplicação da multa, o valor poderá ser aplicado em dobro.

III – Apreensão e remoção da caçamba ou contêiner, quando houver risco iminente e grave à segurança pública ou reincidência contumaz, correndo as despesas de remoção, estadia e regularização por conta do infrator.

**Art. 4º** Caberá ao Poder Executivo Municipal, por meio do órgão competente, regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva e correta aplicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal terá o prazo de 90 (noventa) dias, após a regulamentação, para realizar campanhas de conscientização e orientação às empresas do setor antes de iniciar a fiscalização e a aplicação das penalidades.

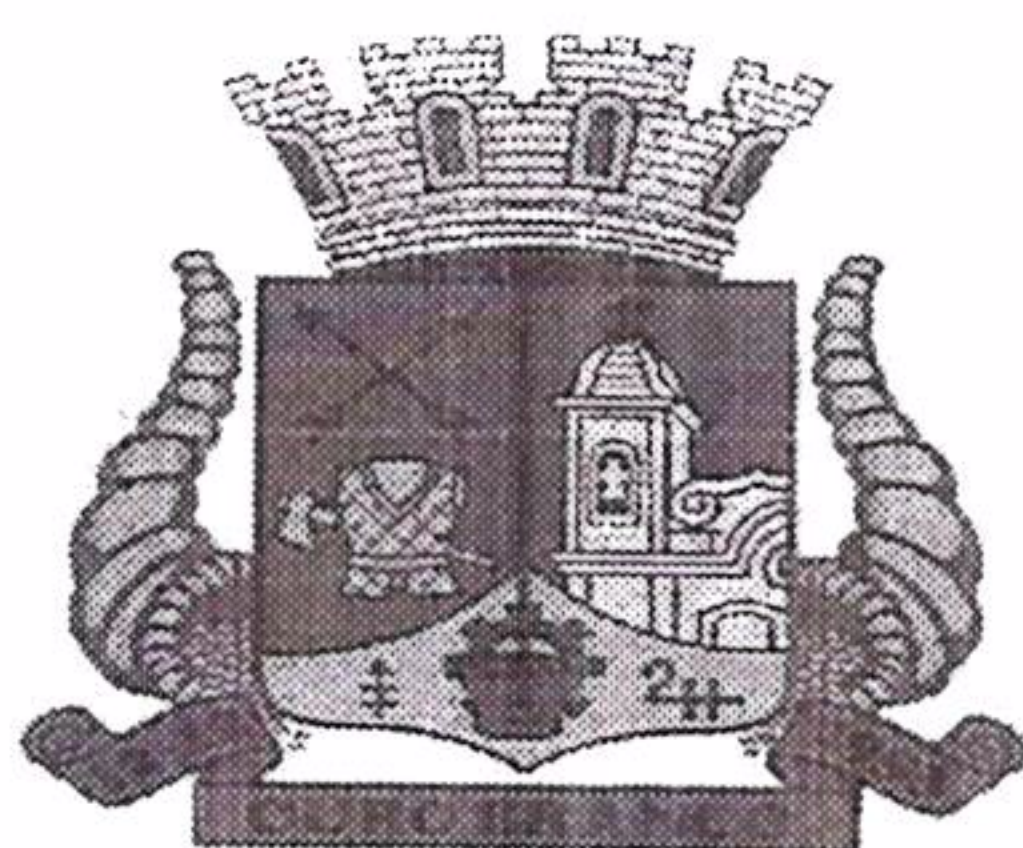
**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 14 de janeiro de 2023

  
Vereadora Branca de Castilha Souza Cunha







## CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, de relevante interesse local, visa instituir a obrigatoriedade de sinalização refletiva de alta intensidade e identificação em todas as caçambas estacionárias e contêineres dispostos nas vias públicas do Município de Ouro Branco.

A ausência de sinalização adequada transforma esses equipamentos em obstáculos perigosos, principalmente no período noturno e em condições de baixa visibilidade. A obrigatoriedade da sinalização refletiva visa prevenir acidentes de trânsito, protegendo a vida e a integridade física de motoristas, motociclistas e pedestres, conforme o princípio constitucional da proteção à vida (art. 5º, CF/88).

O Município detém competência constitucional (art. 30, I e VIII, da CF/88) para legislar sobre o uso de vias e logradouros públicos, ordenando o espaço urbano e complementando a legislação de trânsito em matéria de interesse local. A regulamentação do uso de caçambas é um ato de poder de polícia necessário para o adequado ordenamento territorial de Ouro Branco.

A exigência de identificação clara e do telefone de contato da empresa proprietária em cada equipamento facilita o trabalho da fiscalização e permite que o cidadão reporte de imediato qualquer irregularidade ou risco. As penalidades, graduadas em Advertência, Multa (em UFMO) e Apreensão, são proporcionais e razoáveis, visando primeiramente a adequação das empresas, garantindo o devido processo legal.

A aprovação deste Projeto de Lei é uma medida de caráter preventivo, disciplinador e de responsabilidade social que harmoniza a gestão de resíduos da construção civil com a segurança pública, tornando as vias de Ouro Branco mais seguras.

Ouro Branco, 14 de janeiro de 2025

  
Branca de Castilha Souza Cunha

